

COLEÇÃO ARGONAUTAS

Quinze anos separam a primeira edição deste livro, de 1973, da publicação do pioneiro *Antropologia estrutural*. Trata-se do período de maior efervescência do pensamento e de maior reconhecimento da carreira de Claude Lévi-Strauss, quando publica os quatro volumes das *Mitológicas*, ingressa no Collège de France e é eleito membro da Academia Francesa. Se muitos dos textos da primeira coletânea são verdadeiros programas para o método estruturalista, os desta segunda se dedicam a pensar os alcances do método já consolidado, a responder a críticas, a afastar mal-entendidos, além de dialogar com um público menos especializado.

Os artigos iniciais situam os “ancestrais totêmicos” do autor, de Jean de Léry a Marcel Mauss, passando por Saussure e Durkheim. Nesse panteão particular, os convidados mais honrados são, de um lado, Jean-Jacques Rousseau, apresentado como fundador das ciências do homem e crítico do Cogito cartesiano, e, de outro, os povos ameríndios, de quem Lévi-Strauss se confessa “aluno e testemunho”.

Outros ensaios revisitam temas clássicos da antropologia como “organização social” e “mitologia e ritual”, além de insistir nas diferenças entre estruturalismo e formalismo, contrastando seus próprios estudos sobre mitos indígenas aos de Vladimir Propp sobre contos russos.

Os artigos finais aproximam o debate epistemológico da arena ética e política. Eis o lugar de “Raça e história”, um texto seminal apresentado na Unesco em 1952 como manifesto antirracista e em defesa da diversidade sociocultural, visando pôr em perspectiva, e em xeque, a pretensão ocidental à supremacia cultural, ancorada na ideologia do progresso e em atos massivos de destruição.

A leitura integral dos dezoito artigos deste volume oferece, mais do que um método científico, um admirável sistema de pensamento que se vê engajado na refundação tanto da antropologia como do humanismo, antecipando muitas soluções teórico-epistemológicas contemporâneas. Inspirado por uma nova antropologia, que recusa o aprisionamento no ponto de vista do observador (o homem ocidental), um humanismo propriamente democrático poderá incluir todo o mundo. Isto é, as diversas populações humanas e também o planeta (a terra, a natureza) em que (ou com quem) estas habitam.

RENATO SZTUTMAN



CLAUDE LÉVI-STRAUSS
ANTROPOLOGIA ESTRUTURAL DOIS

tradução Beatriz Perrone-Moisés

ubu

Perspectivas

- 11 I. O campo da antropologia
- 42 II. Jean-Jacques Rousseau, fundador das ciências do homem
- 53 III. O que a etnologia deve a Durkheim
- 58 IV. A obra do Bureau of American Ethnology e suas lições
- 70 V. Religiões comparadas dos povos sem escrita

Organização social

- 81 VI. Sentido e uso da noção de modelo
- 93 VII. Reflexões sobre o átomo de parentesco

Mitologia e ritual

- 127 VIII. A estrutura e a forma
- 159 IX. A gesta de Asdiwal
- 213 X. Quatro mitos winnebago
- 227 XI. O sexo dos astros
- 237 XII. Os cogumelos na cultura
- 252 XIII. Relações de simetria entre ritos e mitos de povos vizinhos
- 270 XIV. Como morrem os mitos

Humanismo e humanidades

- 285 XV. Respostas a enquetes
 - 302 XVI. Critérios científicos nas disciplinas sociais e humanas
 - 326 XVII. As discontinuidades culturais e o desenvolvimento econômico e social
 - 337 XVIII. Raça e história
-
- 379 Bibliografia geral
 - 399 Índice remissivo
 - 413 Índice de figuras
 - 415 Sobre o autor

XVIII. RAÇA E HISTÓRIA

1. Raça e cultura

Falar de contribuição das raças humanas à civilização mundial numa coleção¹ de brochuras destinadas a lutar contra o preconceito racial pode causar alguma surpresa. De nada teria valido dedicar tanto talento e esforço para mostrar que, no atual estágio da ciência, nada permite afirmar a superioridade ou a inferioridade intelectual de uma raça em relação a outra, se fosse apenas para devolver sub-repticiamente à noção de raça alguma consistência, parecendo demonstrar que os grandes grupos étnicos que compõem a humanidade teriam dado, *enquanto tais*, contribuições específicas ao patrimônio comum.

Nada mais afastado de nossas intenções do que tal empreita, cujo único resultado seria formular a doutrina racista às avessas. Buscar caracterizar as raças biológicas por propriedades psicológicas particulares é distanciar-se da verdade científica, quer se as defina positiva ou negativamente. Cumpre lembrar, no entanto, que Gobineau, que ficou na história como pai das teorias racistas, não concebia a “desigualdade das raças humanas” de modo quantitativo, mas qualitativo; para ele, as grandes raças que contribuíram para a formação da humanidade atual, que não podem ser ditas primitivas – branca, amarela, negra –, eram menos desiguais em valor absoluto

1. Coleção *La Question raciale devant la science moderne*. Paris: Unesco, 1952 (Lévi-Strauss 1952b). Republicado com a autorização da Unesco. O texto foi revisado e, em certos trechos, corrigido.

do que diversas em suas aptidões particulares. A tara da degenerescência, segundo ele, estava mais associada ao fenômeno da mestiçagem do que à posição de cada raça numa escala de valores comum a todas elas; estava, portanto, destinada a atingir a humanidade por inteiro, fadada, sem distinção de raça, a uma mestiçagem cada vez mais acentuada. Mas o pecado original da antropologia consiste em confundir a noção puramente biológica de raça (supondo que tal noção possa, mesmo nesse campo restrito, pretender à objetividade, o que a genética moderna contesta) e as produções sociológicas e psicológicas das culturas humanas. Bastou que Gobineau o cometesse para ver-se preso no círculo infernal que leva, de um equívoco intelectual que não exclui a boa-fé, à legitimação involuntária de todas as tentativas de discriminação e opressão.

Além disso, quando falamos, neste estudo, em contribuição das raças humanas à civilização, não queremos dizer que os aportes culturais da Ásia ou da Europa, da África ou da América, tirem qualquer originalidade do fato de esses continentes serem povoados, em termos gerais, por habitantes de estirpes raciais diferentes. Se houver alguma originalidade – o que é bem provável –, há de estar relacionada a circunstâncias geográficas, históricas e sociológicas, e não a aptidões ligadas à constituição anatômica ou fisiológica dos negros, amarelos ou brancos. Pareceu-nos, contudo, que justamente por concentrar seus esforços no estabelecimento dessa verdade negativa, esta série de brochuras podia correr o risco de, ao mesmo tempo, relegar ao segundo plano um aspecto igualmente importante da vida da humanidade: o fato de não transcorrer num regime de uniforme monotonia mas, ao contrário, em modos extraordinariamente diversos de sociedades e civilizações. Tal diversidade intelectual, estética, sociológica, não está ligada por nenhuma relação de causa e efeito à diversidade que existe, no plano biológico, entre certos aspectos observáveis dos grupos humanos. É apenas paralela a ela, em outro âmbito; mas, ao mesmo tempo, distingue-se dela por duas características importantes. Primeiro, é de outra ordem de grandeza. Existem muito mais culturas humanas do que raças humanas: aquelas contam-se em milhares, estas, em unidades. Duas culturas elaboradas por homens pertencentes à mesma raça podem diferir tanto, ou mais até, do que duas culturas de grupos racialmente afastados. Em segundo lugar, ao contrário da diversidade das raças, cujo

principal interesse é a origem histórica e a distribuição no espaço, a diversidade entre as culturas coloca vários problemas, pois é possível se perguntar se ela constitui, para a humanidade, uma vantagem ou um inconveniente –, questão que, como um conjunto, se subdivide em muitas outras.

Finalmente, e sobretudo, devemos nos perguntar em que consiste tal diversidade, ou correremos o risco de *ver* os preconceitos racistas recém-arrancados de seu fundamento biológico reconstituídos em outro campo. Pois de nada valeria conseguir fazer com que o cidadão comum deixe de atribuir significado intelectual ou moral ao fato de ter a pele negra ou branca, o cabelo liso ou crespo, para permanecer silencioso diante de outra questão, que a experiência prova estar diretamente ligada àquela: se não existem aptidões raciais inatas, como se explica o fato de a civilização desenvolvida pelo homem branco ter realizado os imensos progressos conhecidos, enquanto as dos povos de cor ficaram para trás, umas a meio caminho, as outras com um atraso calculável em milhares ou dezenas de milhares de anos? Não se pode pretender ter resolvido pela negativa a questão da desigualdade das *raças* humanas sem enfrentar também a da desigualdade – ou diversidade – das *culturas* humanas, que a ela está intimamente ligada, de fato senão de direito, na opinião pública.

2. Diversidade das culturas

Para compreender como, e em que medida, as culturas humanas diferem entre si, se tais diferenças se anulam ou se contradizem, ou se contribuem para formar um conjunto harmonioso, é preciso inicialmente tentar inventariá-las. Mas aqui começam as dificuldades, pois é forçoso reconhecer que as culturas humanas não diferem umas das outras do mesmo modo, nem no mesmo plano. Inicialmente, estamos diante de sociedades justapostas no espaço, umas próximas, outras distantes, mas todas contemporâneas. Em seguida, devemos levar em conta formas da vida social que se sucederam no tempo, e que nos é vedado conhecer por experiência direta. Qualquer pessoa pode se transformar em etnógrafo e ir compartilhar *in loco* a existência de uma sociedade que lhe interesse. Contudo, ainda que se torne historiador ou arqueólogo, jamais entrará diretamente em contato com uma civilização extinta,

mas somente através dos documentos escritos ou monumentos figurados que essa sociedade – ou outras – tiver deixado a seu respeito. Enfim, não devemos esquecer que as sociedades contemporâneas que desconhecem a escrita, como as que chamamos de “selvagens” ou “primitivas”, também foram precedidas por outras formas, praticamente impossíveis de conhecer, mesmo de maneira indireta; um inventário consciencioso deve lhes reservar casas em branco, certamente muitíssimo mais numerosas do que as casas em que nos sentimos capazes de inscrever algo. Impõe-se uma primeira constatação: a diversidade das culturas humanas é, de fato no presente e de direito no passado, muito maior e mais rica do que jamais nos será dado conhecer.

Porém, mesmo imbuídos de um sentimento de humildade e conscientes dessa limitação, encontramos outras dificuldades. O que devemos entender por culturas diferentes? Algumas parecem sê-lo, mas, se tiverem divergido a partir de um tronco comum, não diferirão do mesmo modo que duas sociedades que não se relacionaram em momento nenhum de suas trajetórias. O antigo império dos Incas no Peru e o do Daomé, na África, diferem entre si de modo mais absoluto do que, digamos, a Inglaterra e os Estados Unidos contemporâneos, ainda que estas duas sociedades também devam ser tratadas como sociedades distintas. Inversamente, sociedades que entraram em contato estreito recentemente podem projetar a imagem de uma mesma civilização, quando chegaram a isso por vias diferentes, que têm de ser levadas em conta. Nas sociedades humanas, operam simultaneamente forças que trabalham em direções opostas: umas tendem a manter – e mesmo a acentuar – particularidades, enquanto as outras agem no sentido da convergência e do assemelhamento. O estudo das línguas fornece exemplos notáveis de tais fenômenos: ao mesmo tempo que línguas de mesma origem tendem a se diferenciar umas das outras (como o russo, o francês e o inglês), línguas de origens diversas, mas faladas em territórios contíguos, desenvolvem características comuns. O russo, por exemplo, diferenciou-se em certos aspectos de outras línguas eslavas, aproximando-se, pelo menos em certos traços fonéticos, das línguas fino-ugrianas e turcas faladas em sua vizinhança geográfica imediata.

Estudando tais fatos – e outros campos da civilização, como as instituições sociais, a arte e a religião, facilmente forneceriam

outros tantos no gênero – somos levados a nos perguntar se as sociedades humanas não se definiriam, no tocante a suas relações recíprocas, por um certo *optimum* de diversidade, que não deveriam ultrapassar, mas abaixo do qual tampouco podem descer sem risco. Esse *optimum* variaria em função do número de sociedades, de seu contingente demográfico, de seu afastamento geográfico e dos meios de comunicação (materiais e intelectuais) que utilizam. Na verdade, a questão da diversidade não se coloca apenas quanto às culturas consideradas em suas relações recíprocas, existe também dentro de cada sociedade, nos grupos que a constituem: castas, classes, meios profissionais ou confessionais etc. desenvolvem diferenças às quais cada qual atribui extrema importância. Podemos nos perguntar se essa *diversificação interna* não tende a aumentar quando a sociedade se torna, noutros aspectos, mais volumosa e mais homogênea; talvez tenha ocorrido isso na Índia antiga, com seu sistema de castas tal como se desenvolveu a partir do início do domínio ariano.

Percebe-se que a noção de diversidade das culturas humanas não deve ser concebida de modo estático. Não se trata da diversidade de uma amostragem inerte ou de um catálogo ressecado. Os homens certamente teriam elaborado culturas diferentes em razão do distanciamento geográfico, das propriedades particulares do meio e por desconhecimento do restante da humanidade? Isso só poderia ser rigorosamente verdade se cada cultura ou cada sociedade tivesse surgido e se desenvolvido isoladamente em relação a todas as demais. Pois bem, nunca é esse o caso, exceto talvez em exemplos excepcionais como o dos Tasmanianos (e, ainda assim, por um período limitado). As sociedades humanas nunca estão sozinhas; mesmo as que parecem mais afastadas, ainda o são em grupos ou pacotes. Podemos supor sem exagero que as culturas norte-americanas e sul-americanas ficaram praticamente sem contato com qualquer outra parte do mundo durante dezenas de milhares de anos. Mas esse considerável pedaço de humanidade desgarrada consistia numa multidão de sociedades, grandes e pequenas, que mantinham umas com as outras constante contato. E assim, ao lado de outras diferenças, decorrentes do isolamento, existem aquelas decorrentes da proximidade: desejo de se opor, de se distinguir, de ser o que se é. Muitos costumes surgiram menos por alguma necessidade interna ou acaso favorável do que da simples

vontade de não ficar por baixo, em relação a um grupo vizinho que submetesse a normas precisas algum campo de pensamento ou de atividade no qual não se tivesse pensado em impor regras. Consequentemente, a diversidade das culturas humanas não deve levar-nos a uma observação fragmentar ou fragmentada: é menos função do isolamento dos grupos do que das relações que os unem.

3. O etnocentrismo

Não obstante, parece que a diversidade humana quase nunca foi vista pelos homens como o que realmente é: um fenômeno natural, resultante das relações diretas ou indiretas entre as sociedades. Preferiram *ver* nela uma espécie de monstruosidade ou escândalo; nessas matérias, o progresso do conhecimento consistiu menos em dissipar essa ilusão em benefício de uma visão mais apurada do que em aceitá-la ou buscar modos de se conformar com isso.

A atitude mais antiga, certamente assentada em sólidas bases psicológicas, já que tende a reaparecer em cada um de nós quando confrontados a uma situação inesperada, consiste em repudiar, pura e simplesmente, as formas culturais morais, religiosas, sociais ou estéticas mais afastadas daquelas a que nos identificamos. “Modos selvagens”, “isso não se faz entre nós”, “deveria ser proibido” e outras tantas reações grosseiras traduzem esse arrepio, essa repulsa diante de modos de vida, de crença ou de pensamento que nos são estrangeiros. Na Antiguidade, por exemplo, confundia-se tudo o que não fazia parte da cultura grega (posteriormente greco-romana) na denominação de “bárbaro”; a civilização ocidental usaria mais tarde o termo “selvagem” no mesmo sentido. Por detrás desses epítetos, esconde-se a mesma opinião. É provável que a palavra “bárbaro” se refira, etimologicamente, à confusão e inarticulação do canto dos pássaros, em oposição ao valor significativa da linguagem humana. E “selvagem” quer dizer “da selva”, evocando também um modo de vida animal, por oposição à cultura humana. Em ambos os casos, expressa-se a recusa de admitir o próprio fato da diversidade cultural; prefere-se rejeitar para fora da cultura, na natureza, tudo o que não se conforma às normas que regem a vida de quem julga.

Esse ponto de vista simplório, mas profundamente enraizado na maior parte dos homens, não precisa ser discutido, já que esta

brochura – bem como todas as desta mesma coleção – apresenta, justamente, sua refutação. Bastará notar aqui que encerra um paradoxo bastante significativo. Tal atitude de pensamento, em nome da qual os “selvagens” (ou todos aqueles que se decida considerar como tais) são relegados para fora da humanidade, é justamente a atitude mais marcante e mais distintiva dos próprios selvagens. Sabe-se, com efeito, que a noção de humanidade englobando, sem distinção de raça ou de civilização, todas as formas da espécie humana, surgiu muito recentemente e numa região delimitada. Mesmo onde parece ter atingido o auge de seu desenvolvimento, nada garante – a história recente é prova disso – que esteja a salvo de equívocos ou de retrocessos. Para vastas frações da espécie humana, contudo, essa ideia parece nunca ter existido. A humanidade cessa nas fronteiras da tribo ou grupo linguístico, às vezes até da aldeia. Tanto que um grande número de populações ditas primitivas se autodesignam por um nome que significa os “homens” (ou – mais discretamente, talvez? – os “bons”, os “excelentes”, os “completos”), implicando assim que as outras tribos, grupos ou aldeias não compartilham as virtudes ou mesmo a natureza humanas, compostas de “ruins”, “malvados”, “macacos” ou “lêndeadas”. Chega-se a destituir o estrangeiro do mais mínimo grau de realidade ao fazer dele um “fantasma” ou “assombração”. O que produz curiosas situações, em que dois interlocutores trocam réplicas cruéis. Nas Antilhas, alguns anos após o descobrimento da América, enquanto os espanhóis despachavam comissões de inquérito para saber se os indígenas possuíam alma ou não, estes tratavam de submergir prisioneiros brancos, para verificar, com base numa longa e cuidadosa observação, se seus cadáveres apodreciam ou não.

Essa anedota ao mesmo tempo barroca e trágica ilustra bem o paradoxo do relativismo cultural (que encontraremos alhures sob outras formas): quanto mais se busca estabelecer discriminações entre as culturas, maior a proximidade em relação àquelas que se pretende recusar. Negar a humanidade aos seus representantes aparentemente mais “selvagens” ou “bárbaros” significa adotar uma de suas atitudes típicas. Bárbaro é, antes de tudo, o homem que crê na barbárie.²

2. Ver a interessante discussão dessa passagem por Raymond Aron (1970: 943-52).

COLEÇÃO ARGONAUTAS

Marcel Mauss

Sociologia e antropologia

Henri Hubert & Marcel Mauss

Sobre o sacrifício

Claude Lévi-Strauss

Antropologia estrutural

Claude Lévi-Strauss

Antropologia estrutural dois

Pierre Clastres

A sociedade contra o Estado

Roy Wagner

A invenção da cultura

Marilyn Strathern

O efeito etnográfico

Manuela Carneiro da Cunha

Cultura com aspas

Eduardo Viveiros de Castro

A inconstância da alma selvagem

© Ubu Editora, 2017

© Éditions Plon, 1973

Esta tradução foi originalmente publicada pela editora Cosac Naify em 2008.

COORDENAÇÃO EDITORIAL Florencia Ferrari

ASSISTENTE EDITORIAL Mariana Schiller

PREPARAÇÃO Luísa Valentini

REVISÃO Maria Fernanda Alvares e Gustavo Godoy

DESIGN Elaine Ramos

ASSISTENTE DE DESIGN Livia Takemura

COMPOSIÇÃO Jussara Fino

PRODUÇÃO GRÁFICA Aline Valli

REDESENHO DAS FIGURAS Anna Ferrari

Nesta edição, *respeitou-se o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.*

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Lévi-Strauss, Claude [1908-2009]
Antropologia estrutural dois: Claude Lévi-Strauss
Título original: *Anthropologie structurale deux*
Tradução: Beatriz Perrone-Moisés
1ª edição
São Paulo: Ubu Editora, 2017
432 pp.

ISBN 978 85 92886 39 4

CDD 301

Índices para catálogo sistemático:

1. Antropologia estrutural: Sociologia 301

UBU EDITORA

Largo do Arouche 161 sobreloja 2

01219 011 São Paulo SP

(11) 3331 2275

ubueditora.com.br